

Leis Antigênero no Parlamento: Um estudo sobre projetos de lei antigênero na Assembleia Legislativa de São Paulo¹

Palavras-Chave: Ideologia de gênero, Leis, Parlamento

Autor: Àlex Kalil Alves (UNIFESP)

Proposta: O avanço conservador no cenário político brasileiro, após as eleições presidenciais de 2018, foi marcado pela ascensão de movimentos conservadores e o acirramento de debates públicos sobre gênero, sexualidade e direitos reprodutivos. A presente proposta propõe uma investigação acerca dos avanços desses grupos no campo legislativo com projetos de leis que visam conter o avanço das políticas de gênero e sexualidade. Para isto, será apresentado um levantamento das proposições legislativas na Assembleia Legislativa de São Paulo, entre 2019 e 2022 que visam limitar os avanços de tais políticas. A partir deste levantamento, este trabalho propõe analisar a articulação de atores e categorias em tais proposições, identificando como o uso de categorias como as de “ideologia de gênero” e “família” são articuladas e ressignificadas por esses atores nestas proposições.

A análise realizada por este estudo identificou 34 projetos de lei com este teor e destaca uma série de temas recorrentes nessas proposições, incluindo restrições ao reconhecimento da identidade de gênero, oposição à educação sexual inclusiva, proibição de terapias de afirmação de gênero para menores, limitações ao uso de banheiros públicos conforme a identidade de gênero, a imposição de conceitos “tradicionais” sobre planejamento familiar e a contestação do uso de linguagem neutra ou inclusiva. Emerge também a preocupação com a "proteção do nascituro", refletindo tentativas de restringir direitos reprodutivos, inclusive o acesso a procedimentos de aborto legal. Este levantamento ajuda a compreender de forma abrangente como as noções de “ideologia de gênero” e “família” são reformuladas pelos parlamentares, revelando a complexa relação entre discursos e categorias advindas do religioso e a esfera legislativa. Este fenômeno a ser analisado por este estudo visa destacar a complexidade das estratégias políticas advindas dos setores conservadores da sociedade, suas articulações e

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

estratégias para se inserir na disputa mais ampla pela agenda governamental dos Direitos Humanos.